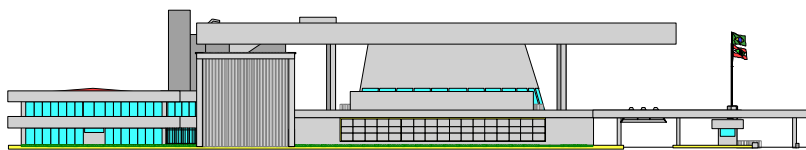


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 29 DE JUNHO DE 1998

NÚMERO 4.551

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE
Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Norberto Stroisch Filho

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gilson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelso Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 944**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 067ª Sessão Ordinária
realizada em 08/06/1998..... 2
Ata da 068ª Sessão Ordinária
realizada em 09/06/1998..... 9

Atos da Mesa Diretora

Resoluções 10

Publicações Diversas

Atas de Comissão Permanente ..
..... 11
Decreto Legislativo..... 12
Edital..... 12
Ofícios 12
Portarias 12

P L E N Á R I O

ATA DA 067ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 08 DE JUNHO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - Jorginho Mello - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Adelor Vieira) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO NºS:

3571, comunicando que sancionou o projeto de lei que reconhece o Município de Angelina como estância turística religiosa;

3572, encaminhando projeto de lei que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Schroeder;

3573, encaminhando o projeto de lei que autoriza a doação de imóvel no Município de Canelinha;

3574, encaminhando projeto de lei que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 10.656, de 07 de janeiro de 1998.

FAX:

- do Gerente de Mercado da Caixa Econômica Federal comunicando liberação de parcelas do Programa Pró-Saneamento;

- do senhor Vereador Edu Antônio Borges, da Câmara Municipal de São Lourenço D'Oeste, encaminhando Moção de apoio ao V Grito da Terra Brasil.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado João Henrique Blasi, que declara de utilidade pública a Associação da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis.

OFÍCIOS NºS:

0002/98, do senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, solicitando, no sentido de gestionar junto ao Ibama/Fatma e/ou outros órgãos competentes, no respeitante a exigência de projeto técnico e pagamento de taxas, por parte dos agricultores que desejam efetuar a retirada e industrialização de madeiras caídas em suas propriedades em decorrência de vendavais e outras intempéries;

027/98, do senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, encaminhando cópia do Ofício nº 0319/98-GP e anexos, remetido ao senhor Governador, referente a Defensoria Dativa e Assistência Judiciária;

051/98, do Secretário de Estado da Casa Civil, encaminhando resposta da Indicação nº 042/98;

0448/98, do senhor Chefe de Gabinete da Presidência da Telesc, reportando-se ao Telefax nº TE/0072.8/98;

0827/98, da senhora Chefe de Gabinete do Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária, acusando recebimento do Ofício GP/DP/191/98;

1203/98, do Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, em exercício, encaminhando resposta da Indicação nº 057/98;

1387/98, do senhor Oficial de Gabinete da Casa Civil do Estado do Paraná, acusando recebimento do Ofício nº 266/98.

CORRESPONDÊNCIA:

- do senhor Presidente da Associação Comercial e Industrial de Criciúma - Acic, encaminhando projeto de lei, dispondo sobre concessão de redução parcial de multas, remissão, transação e, ainda, estabelecendo condições para parcelamento de créditos tributários.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Gervásio Maciel.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Gervásio Maciel, com a palavra o Deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, neste final de semana, dentre tantas outras atividades, tive a oportunidade de participar do Encontro Catarinense de Experiências Populares com Plantas Medicinais, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Sul IV, e pela Pastoral da Saúde de Santa Catarina.

Confesso que foi uma experiência extraordinária poder compartilhar durante dois dias com duzentas pessoas de todos os Municípios do nosso Estado, com as Pastorais da Saúde do nosso Estado, juntamente com médicos e terapeutas naturais que têm experiência em plantas medicinais.

Estava presente nesse encontro o Dr. Celerino Carriconde, coordenador nacional de Fitoterapia na rede pública, além de outros especialistas, e um dos assuntos tratados foi o da implantação das plantas medicinais na rede pública do nosso Estado.

Depois de centenas de relatos sobre as experiências populares com plantas medicinais, foram tiradas muitas propostas para o nosso Estado em relação à implantação dessas plantas na rede pública.

Participei desse encontro e compartilhei dessa idéia porque já tive a oportunidade de no ano retrasado e no ano passado realizar um curso de fitoterapia - tratamento a partir das plantas -, e particularmente venho, há tempo, defendendo essa idéia junto ao serviço público do nosso Estado, dos nossos Municípios.

Nesse encontro, por compartilhar com os objetivos da implantação dessas terapias naturais, assumi o compromisso de apresentar a esta Casa (e vou fazê-lo nos próximos dias) a elaboração de um projeto de lei propondo isso oficialmente, para um debate com a Secretaria Estadual de Saúde, com as Secretarias Municipais de Saúde, com as Pastorais de Saúde e com todas as organizações populares interessadas na implantação das plantas medicinais na rede pública do nosso Estado e, por consequência, na rede pública por conta dos Municípios.

Por outro lado, foi solicitado nesse encontro que a Assembleia Legislativa, através de projeto de lei, pudesse recomendar a Secretaria Estadual de Educação a introduzir o estudo de plantas medicinais no currículo escolar, o que eu acho bastante oportuno.

Senhores Deputados, a importância das plantas medicinais vem sendo discutida cada vez mais pela própria Organização Mundial de Saúde, que tem recomendado aos Governos, principalmente os do Terceiro Mundo, a prática de terapias naturais, entre elas muito especialmente a fitoterapia, que é o tratamento com plantas medicinais.

Até quero aproveitar esta oportunidade para fazer considerações a respeito de uma matéria que foi veiculada no dia 2 de junho no Diário Catarinense, sob o título: "Futuro Governador deve dar prioridade à Saúde. Eleitores catarinenses também estão preocupados com a área agrícola e com o setor educacional".

Diz a matéria que 44% dos cidadãos catarinenses entrevistados apontaram a saúde como a principal prioridade para o próximo Governo, mas acho que este de agora ainda pode fazer algo em tempo. Depois vêm a agricultura, a educação, a segurança, o saneamento básico e o transporte. E entre os consultados que optaram pelo voto em branco ou nulo para Governador 46% consideraram como prioritário o item saúde; o mesmo acontecendo com 50% daqueles que ainda não têm candidato ou não opinaram.

Isso não é novidade, porque entra eleição, sai eleição e continua a mesma coisa. Digam-me quando a saúde, durante a campanha eleitoral, não foi apontada como prioridade! Só que depois das eleições ela não é mais! É sempre a mesma história: em todas as eleições, seja para Governo do Estado, para Prefeito Municipal, para Deputado ou para Senador, sempre a saúde é indicada como uma das bandeiras mais importantes, só que, infelizmente, entre o discurso e a prática não há nenhuma coerência.

Basta vermos hoje os indicadores nacionais no setor saúde; o orçamento para a saúde em 1998 é de 1,6 bilhão de reais a menos do que em 1997, porque o ano passado foi o ano da saúde, embora eu ache que deva ser todos os anos.

Em nível de Santa Catarina, o Governo do Estado não aplica o necessário nem o suficiente em saúde; inclusive de 1995 para 1998 tem diminuído progressivamente os recursos para este setor. E soma-se a isso agora esta falta de responsabilidade do Governo Federal, que neste ano diminui os recursos para os Estados, inclusive para o nosso, que repassará esse corte aos Municípios, os quais, nessa área, já estão trabalhando no osso, já não têm mais gordura para cortar.

Estamos desde o dia 30 de março, quando realizamos uma sessão especial nesta Casa para debater a questão do teto financeiro do Ministério da Saúde para o nosso Estado, aguardando uma audiência pública com o Ministro da Saúde, Senador José Serra, mas até hoje nenhuma data foi marcada.

Essa audiência pública está sendo solicitada pela Assembleia Legislativa do Estado, pela Secretaria Estadual da Saúde, pelo Conselho dos Secretários Municipais de Saúde e pela Federação Catarinense dos Municípios, que também vai apontar a saúde como uma prioridade para Santa Catarina, tenho certeza, porque é uma questão fundamental, mexe com a vida das pessoas.

Mas mais uma vez, talvez, o Presidente irá mostrar os cinco dedos da mão e apontar um dedo como o seu compromisso com a saúde, o qual não cumpriu, como não cumpriu com a segurança, com a geração de empregos, com a reforma agrária, enfim, não cumpriu os compromissos todos que havia assumido enquanto candidato a Presidente da República.

Esperamos que o próximo Governo do Estado realmente assuma um compromisso sério com a saúde, que não fique apenas no discurso.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente, gostaria de registrar a visita de duas pessoas ilustres do Município de Campos Novos: o senhor Ariovaldo Bernardon, Presidente da Sociedade do Corpo de Bombeiros Voluntários, que vem acompanhado do seu 2º Vice-Presidente, o senhor Cléber de Souza Borges, os quais terão amanhã uma audiência com o Presidente da Assembleia.

Essas duas pessoas, num grupo maior, criaram em Campos Novos o Corpo de Bombeiros Voluntários, e aqui estão no sentido de tentar sensibilizar os nossos Deputados, o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa sobre a necessidade de alocar-se recursos para esse Corpo de Bombeiros, que está iniciando as suas atividades.

O meio mais barato de mantermos a segurança nos nossos Municípios é através do Corpo de Bombeiros Voluntários, no que tange a sinistros e catástrofes que poderão advir. Se olharmos bem, veremos que o Bombeiro da Polícia Militar tem um custo enorme e que a solução realmente é o Corpo de Bombeiros Voluntários, pelos tantos exemplos que temos em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Fica o registro, senhor Deputado.

Com a palavra o Deputado Francisco Küster, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente e senhores Deputados, quero, nesta oportunidade, sem me arvorar em defensor do Governo Federal... O Governo no seu todo eu não defendo, mas, sim, o Presidente da República e os Ministérios que são capitaneados pelo PSDB. Esta é a resposta respeitosa à eminente Deputada Ideli Salvatti.

Vou dar ciência a todos os Colegas, inclusive à eminente professora e Deputada Ideli Salvatti, do que se fez na área do Ministério da Educação no território catarinense.

Aportaram no Estado de Santa Catarina, no ano passado, R\$37.303.691,00, que foram aplicados no chamado Programa "Dinheiro na Escola" e distribuídos da seguinte forma: em 1997, foram repassados R\$5.406.280,00 para as escolas estaduais, através da Secretaria Estadual da Educação; R\$2.208.240,00 para as escolas municipais; e R\$262.100,00 para as Apaes, totalizando R\$7.876.620,00, tendo atendido 6.161 escolas, num universo de 866.414 alunos no Estado de Santa Catarina.

No Programa Kit Tecnológico da TV Escola, em 1995 a Secretaria de Estado da Educação recebeu R\$1.591.500,00 para atender 1.061 escolas estaduais, num universo de 526.551 alunos, e as Prefeituras Municipais receberam R\$720.000,00, para atender 480 escolas, num universo de 178.545 alunos; em 1997, as Prefeituras Municipais receberam R\$62.000,00, beneficiando 42 escolas e 11.610 alunos, totalizando R\$2.373.500,00.

O Programa da Merenda Escolar, em que o Governo do Estado posa como o paizão das crianças nas escolas, é totalmente custeado com recursos do Governo Federal. O objetivo do programa é proporcionar a todas as crianças da pré-escola e da educação fundamental um complemento nutricional nos 200 dias letivos.

Em 1997 foram repassados para a Secretaria Estadual da Educação R\$5.848.853,00 e para as Prefeituras Municipais R\$11.725.041,00, totalizando R\$17.573.894,00, e foram beneficiando 1.036.355 alunos do pré-escolar e do ensino fundamental.

No Programa de Informática na Educação, que se propõe melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem, serão entregues em Santa Catarina 3.120 computadores, beneficiando 327 escolas estaduais num total de 226.985 alunos.

E em 1997 foram repassados R\$110.000,00 à Secretaria da Educação para a realização de um curso de professores multiplicadores.

No Programa do Livro Didático foram distribuídos 2.551.556 livros às escolas municipais e estaduais, num valor total de R\$6.247.710,00.

Nos Projetos para Financiamento de Ações Educacionais, em 1997 foram assinados 175 convênios com a Secretaria Estadual da Educação, com Prefeituras Municipais e com as Apaes, no valor total de R\$5.399.717,00.

Senhores Deputados, isso significa dizer que aportaram em Santa Catarina recursos do Governo Federal para serem aplicados na educação, da pré-escola ao ensino fundamental, num total de R\$37.241.691,00. Lamentavelmente, a sociedade não sabe que é dinheiro do Governo Federal, e o Governo do Estado faz o seu *mise-en-scène* por conta... É aquela cortesia com o chapéu alheio!

Portanto, eu acho importante que o Governo do Estado diga que administrou bem o dinheiro do Governo Federal - e acredito que administrou. Não estou fazendo nenhum juízo de censura aos gastos, mas é preciso fazer justiça e dizer que os recursos vieram e que a Secretaria os fez chegar às escolas, através dos livros didáticos, dos cursos de formação de professores e de orientadores, da merenda escolar etc.

Assim, farei chegar aos Deputados cópia do que foi aplicado na educação em nosso Estado no ano de 1997.

Em 1995, foram repassados R\$2.373.500,00. Além do que, estão sendo assinados cerca de 277 convênios com 277 Prefeituras para o repasse de recursos aos Municípios nos próximos dias, num valor de quase R\$4 milhões.

Essa manifestação que estamos fazendo faz-se necessária, sim, porque estamos sendo bombardeados por uma intensa propaganda de obras, de aplicação de recursos por parte do Governo do Estado. Não sei por que razão (se deliberadamente) omite que dos recursos do Governo Federal ele é apenas um administrador.

A Delegacia do MEC está sob o comando de um companheiro, de um correligionário, o professor Jacó Anderle, e eu cobrei dele dias atrás o que está fazendo essa Delegacia. E ele me apresentou uma síntese do relatório, que também farei chegar às mãos dos Deputados, sobre as intensas atividades da Delegacia do MEC em nosso Estado, para não falar de projetos, de programas, de cursos de orientação ministrados pela própria Secretaria, de seminários realizados no interior do Estado com as lideranças políticas, os Vereadores, os Prefeitos, os educadores, os jovens, as Apaes etc.

Portanto, senhores Deputados, é bom que se diga que o Governo do Estado está cumprindo o seu papel, mas está também administrando recursos do Governo Federal.

Eu farei chegar às mãos de V.Exas., repito, esse relatório, para que tenham conhecimento e possam saber de que lado está a verdade.

Não estou criticando o Governo pela propaganda que faz, é um direito seu divulgar as suas ações, informar aos catarinenses o que está fazendo; eu critico, sim, a omissão deliberada de informar a origem dos recursos, porque afinal de contas R\$39.000.000,00 não é uma bagatela, não é dinheiro que se encontra em qualquer lugar a ponto de ser ignorado, de ser omitido.

Fica, portanto, o registro do que foi realizado com recursos do Governo Federal na área da educação em 1997 em Santa Catarina. Ato contínuo, farei chegar às mãos dos senhores Deputados cópia do relatório que nos repassaram hoje pela manhã os nossos companheiros da Delegacia do MEC.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros dezessete minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Senhor Presidente e senhores Deputados, no horário do meu Partido, reportar-me-ei ao passamento do Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, Flávio Baldissera.

Lerei, em nome da Bancada Estadual e Federal do PMDB, em nome do Deputado Narcizo Parisotto, que está em consulta médica, o seu Curriculum Vitae: (Passa a ler)

"DADOS PESSOAIS:

Nome: Flávio Baldissera;

Filiação: Olívio Baldissera e Esterina Franceschi Baldissera;

Profissão: agropecuarista e empresário; Naturalidade: Chapecó - SC;

Nacionalidade: brasileira;

Data de nascimento: 19 de novembro de 1949; Estado civil: casado;

Cônjuge: Arlete Pazin Baldissera;

Filhos: Rodrigo Baldissera, 18 anos, Fernando Baldissera, 15 anos, e Flávia Baldissera, 13 anos;

ESCOLARIDADE:

Curso primário: Escola Monte Alegre - Chapecó; Curso ginasial: Colégio Bom Pastor - Chapecó; Curso secundário: Colégio Marista São Francisco - Chapecó;

Curso técnico: Instituto Agrário Cantonale Mezzano - Suíça.

FUNÇÕES PÚBLICAS:

Presidente do Núcleo Regional dos Criadores de Bovinos de Chapecó;

Sócio do Clube Recreativo Chapecoense;

Sócio do CTG Vaqueanos do Oeste;

Presidente da Executiva Municipal do PMDB de Chapecó (2 mandatos);

Membro do Conselho Estadual do PMDB;

Tesoureiro da Campanha Municipal de 1992; Candidato a Vice-Prefeito na eleição municipal de 1996;

Secretário-Extraordinário para o Desenvolvimento do Oeste e

Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da

Agricultura.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

Implantação do complexo leiteiro em propriedade particular - 1974;

Fundador da empresa Indústria de Laticínios Chapecó;

Ex-Diretor-Geral da Indústria de Laticínios Chapecó;

Ex-Diretor da Empresa Transportes Baldissera; despachante oficial de trânsito, credenciado pelo Detran; e

Sócio-diretor da Laticínios Noroeste."

Senhor Presidente e senhores

Deputados, estiveram presentes na despedida a Flávio Baldissera o Governador Paulo Afonso Evangelista Vieira, sua esposa Eliane, o Vice-Governador José Augusto Hülse, o Prefeito Municipal José Fritsch e seu Secretariado, o Presidente da Câmara de Vereadores, Prefeitos da região, Vice-Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, empresários, políticos de todos os Partidos, a população chapecoense e oestina.

A imprensa escrita, falada e televisada deu cobertura ao ato, e quero registrar também a presença maciça da Secretaria da Agricultura e seus componentes, do Secretário-Adjunto, Francisco Resek, do Presidente da Epagri, Valdir Crestani, do presidente da Cidasc, Antônio Torresan; dos representantes da Ceasa, o Volpato, e do Cepa, o Jairo, bem como de vários diretores.

Flávio Baldissera defendia o resgate da Secretaria Extraordinária do Oeste; era mais uma representação do oeste que levantava a sua voz e reivindicava as necessidades da região.

Posso aqui citar a conquista do Hospital Regional de Chapecó, Deputado Volnei Morastoni, que participou há poucos dias de uma audiência pública que luta por recursos para a sua viabilização. Flávio Baldissera estava engajado nisso, como todos da região Oeste que brigam, que participam, que lutam para que o Hospital Regional de Chapecó tenha boas condições. Inclusive, estava intermediando recursos via Besc, via convênios, para que o Hospital Regional se mantivesse e conseguisse atender aquela região.

Outra bandeira de Flávio Baldissera era o porto seco de Dionísio Cerqueira, Deputado Idelvino Furlanetto. Foi assinado um convênio com o Governo do Estado no valor de R\$100.000,00, mas com a participação das Prefeituras, com a participação dos Parlamentares desta Casa, principalmente os da região.

Com a ampliação da Casan, que aplicou 9 milhões, hoje já não há mais problemas de água na cidade de Chapecó, bem como o ato de assinatura do esgoto, que é o segundo maior investimento em saneamento no Estado de Santa Catarina para a cidade de Chapecó, que terá a duração de algum tempo para a sua execução.

Há poucos dias estive em Chapecó com o Flávio Baldissera, juntamente com o Prefeito Fritsch, na inauguração da Agência do Besc, na Avenida Getúlio Vargas. E o Flávio, conversando com o Fritsch, disse: "Prefeito, você terá um convênio com a Secretaria da Agricultura para uma retroescavadeira". E iniciamos o programa, que deve ter continuidade.

Nobres Pares, da forma como agiu na disputa da última eleição com o Varela ele não se perdeu, Deputado Onofre Santo Agostini, ao reconhecer que acima de tudo tinha uma cidade, onde ele morava, que representava uma região, não fez distinção partidária ao associar-se o Prefeito Municipal, que é a maior autoridade do Município, para, juntamente com a Câmara de Vereadores, poder agilizar uma máquina para atender os nossos agricultores.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O SR. Deputado Onofre Santo Agostini - Nobre Deputado Gelson Sorgato, eu acho que Santa Catarina perdeu uma grande figura. Somos testemunhas do desprendimento do falecido Flávio Baldissera, pois quando o procurávamos para reivindicar alguns benefícios para a região que representamos, principalmente no setor agrícola, éramos atendidos.

Senhores Deputados, na última realização da Expocentro em Curitiba, a solicitação feita pelos organizadores da festa veio dois dias antes. Procurei o Flávio Baldissera no dia da festa, e ele fez chegar às mãos da Prefeita de Curitiba um cheque na ordem de 10 mil reais para ajudar na realização daquele evento. E veja bem V.Exa., a Prefeitura de Curitiba não pertence nem ao PMDB e nem ao PFL, pertence ao PDT, mas de imediato o Flávio Baldissera acionou a sua equipe e no dia da realização da feira ele fez a entrega do referido valor.

Então, efetivamente, Deputado Gelson Sorgato, Santa Catarina perdeu muito, porque Flávio Baldissera estava trabalhando, sem dúvida nenhuma, em favor da agricultura de Santa Catarina, substituindo V.Exa., que também procurou, dentro das possibilidades, atender todos os pleitos da agricultura.

Veja, Deputado Gelson Sorgato, o grave problema dos produtores de alho da região de Santa Catarina, principalmente da minha cidade, eis que a importação de forma regular e irregular do alho oriundo da China vinha causando grandes transtornos aos produtores de alho do Brasil, mas quando o Flávio assumiu a Secretaria tivemos uma audiência com a associação e com os produtores de alho do Brasil - inclusive contamos com a presença do Prefeito de São Marcos, do Rio Grande do Sul - e ele imediatamente tomou todas as providências.

Graças a Deus proibiu-se a entrada do alho oriundo da China, quer de forma regular, quer aqueles que também entravam via Paraguai.

Por isso, em meu nome, quero registrar que comungo com o prununciamento que V.Exa. faz. Realmente Santa Catarina perdeu muito com a morte prematura, no lamentável acidente que ocorreu, do Flávio Baldissera.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Agradecemos pelo aparte do Deputado Onofre Santo Agostini. E lembro-me, inclusive, de uma audiência na Agrônômica, juntamente com os Prefeitos e os produtores de alho.

O Deputado Miguel Ximenes, que viajou à França acompanhando a comitiva desta Casa e a comitiva do Governador e do Secretário da Agricultura, na época Flávio Baldissera, que teve a oportunidade de ir à França juntamente com o Ministro Francisco Turra, que graças a Deus, como diz o Governador Paulo Afonso, a Copa do Mundo não iniciou, o troféu do Penta do Brasil ainda não trouxe, mas Santa Catarina já trouxe um troféu: o certificado de isenção da febre aftosa. Com isso se beneficia o nosso Estado, que pode exportar carne para a comunidade européia, ou para os membros da OIE, Organização Internacional de Epizootias.

Também não podemos deixar de registrar, nesta oportunidade, após ler nos jornais as estatísticas, que o Estado de Santa Catarina no seu trânsito é campeão de óbitos em acidentes que, infelizmente, levam pessoas amigas e queridas, levam membros da família e levam pessoas que às vezes transitam sem ter nada a ver, mas que num erro de trânsito acabam sendo envolvidas em um acidente que as levam ao falecimento.

Os registros através da imprensa vêm divulgando os dados, as estatísticas de que o Estado de Santa Catarina é um dos campeões em óbitos no trânsito. Algumas providências devem ser tomadas, pois mesmo com o Novo Código de Trânsito, com a presença da Polícia Federal e da Polícia Estadual o excesso de velocidade continua ocorrendo. Esperamos que essas estatísticas no Estado de Santa Catarina diminuam.

Que possamos, nesta Casa, elaborar um requerimento encaminhando uma mensagem telegráfica à Polícia Federal e à Polícia Estadual, que juntas cuidam do trânsito, solicitando maiores providências para que não continuemos campeões em acidentes, em mortes no trânsito no nosso Estado.

Perdemos um grande amigo, que foi para o outro mundo. A dor dos amigos passa, mas o maior sentimento, com certeza, Deputado Odacir Zonta, é o da sua esposa e de seus filhos. A família hoje está sem saber que rumo tomar. Os seus pais, já com idade avançada, também estão sem rumo, pois ele lhes dava cobertura, assistência.

Então, em nome da Bancada Estadual, da Bancada Federal, especialmente em nome do Deputado Narcizo Parisotto, também chapecoense, que não se encontra neste momento em Plenário, e dos Deputados que fizeram votos naquela região os nossos sentimentos pelo passamento de Flávio Baldissera.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PFL.

Consultamos a Liderança para saber quem fará uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo quem queira usar a palavra, o próximo espaço pertence ao PT.

Com a palavra a senhora Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente e senhores Deputados, teremos nesta semana, na quarta-feira, o jogo do Brasil, às 12h30m, e a nossa Seleção não está muito bem, está com uma bola meio quadrada. Contudo, foi marcado o leilão das debêntures da Invesc para duas horas antes do jogo da Seleção, ou seja, às 10h do dia da estreia do Brasil na Copa do Mundo.

Senhores Deputados, esta data e este horário não são por acaso, não são por acaso! Foram escolhidos a dedo, escolhidos para acobertar uma maracutaia equivalente as outras que já denunciávamos aqui, nesta tribuna. Essa é uma maracutaia que o Governo do Estado costuma brilhantemente chamar de engenharia econômica.

Vejamos o que vai acontecer: o Governo do Estado vai vender as debêntures da Invesc que permite a quem comprá-las automaticamente transformá-las em 29, em quase 30% das ações da Celesc, e vai vender isso por duzentos e cinquenta milhões, que é o preço mínimo, Deputado Udo Wagner, que está publicado no edital.

Só que nós já sabemos que desses duzentos e cinquenta milhões quase duzentos milhões - cento e noventa e cinco, aproximadamente - vão ser usados para pagar aquilo que o Estado já deve das debêntures da Invesc. Portanto, vai entrar para os cofres públicos aproximadamente cinquenta milhões, cinquenta e cinco milhões no máximo.

O Governo ao vender, vai vender debêntures que o tal comprador vai poder converter em aproximadamente quase 30% das ações da nossa estatal de energia elétrica. E

se esses quase 30% de ações da Celesc fossem vendidos hoje no mercado, o seu valor patrimonial seria de aproximadamente oitenta e dois milhões. Oitenta e dois milhões! Portanto, o Estado vai ter no cofre um valor que é quase a metade daquele se ele vendesse as ações da Celesc diretamente pelo valor patrimonial, sem preço de mercado.

Só que ao vender essas debêntures da Invesc com prejuízo para o Estado - porque vai vender quase 30% das ações da Celesc, que poderiam arrecadar 82, e vai ter apenas uma sobra de 50, 55 milhões -, vai vender casado com um acordo de acionistas. E quem comprar essas debêntures, que vai automaticamente transformar em ações, este famoso sócio prioritário, este acionista prioritário, vai poder, com menos de 30% das ações, literalmente mandar na nossa estatal de energia elétrica, porque dos sete membros da diretoria três serão indicados por este sócio majoritário, por coincidência, os três cargos centrais da diretoria. E mais, terão o poder de veto durante quinze anos. Tudo aquilo que este sócio majoritário não quiser fazer, não autorizar de investimento, não acontecerá na Celesc.

Eu quero dizer que esse processo cheira e se equivale ao das Letras. Por quê? Porque já temos inclusive em mãos documentos demonstrando acordo prévio, e só viemos depois a descobrir na CPI das Letras.

Foi na CPI das Letras que descobrimos que o Banco Votor já andava de nhenhênhem aqui com o senhor Paulo Prisco Paraíso, com o senhor Fernando Ferreira de Melo, com o senhor Marco Aurélio Dutra e Cia. Ltda. há muito tempo, alguns meses antes de que o projeto das Letras viesse aqui, para a Assembleia Legislativa.

Nós só fomos pegar os documentos comprobatórios na CPI, tanto na CPI do Congresso Nacional como na CPI aqui, da Assembleia Legislativa.

Hoje, os documentos do conluio já estão chegando antes às nossas mãos, Deputado Vanderlei Rosso. Tenho aqui em mãos uma carta do Banco de Investimentos Garantia S/A, datada do dia 12 de maio deste ano - dez dias antes da publicação do edital -, onde nada mais nada menos o Banco de Investimentos Garantia S/A sugere alterações no edital, alterações convenientes a ele, alterações que vão propiciar a quem ganhar a licitação poder substituir este sócio, este acionista majoritário. Isto está aqui, documentado doze dias antes do edital.

E as sugestões colocadas pelo Banco de Investimentos Garantia S/A são acatadas, entram no edital e são publicadas no Diário Oficial, numa prova inequívoca de que isto aqui é tudo um jogo de cartas marcadas, como foi a questão das Letras.

O Banco Votor já estava dois meses antes de tricotagem com o senhor Paulo Prisco Paraíso e Cia. Ltda., e à época não tínhamos documento. Mas agora temos. Está aqui o documento comprovando que a tricotagem, o acerto, a maracutaia, está sendo feita. Podemos até, já, começar a registrar quem vai ganhar a licitação, porque estão aparecendo os documentos. Documentos estes que só viemos a descobrir depois.

Uma outra questão importante que quero colocar é que quando aprovamos nesta Casa, sem o voto do PT, quero registrar, a criação da Invesc, as ações ordinárias da Celesc que entraram em garantia das debêntures da Invesc não eram conversíveis. Não eram automaticamente conversíveis, ou seja, quem comprava debêntures da Invesc não tinha acesso a ações da Celesc. Não aprovamos isso nesta Casa, não aprovamos a conversão automática.

Agora, prestem muita atenção, porque está aqui publicado, no Diário Catarinense do dia 22 de maio, o documento que diz o seguinte:

"Características e direitos das debêntures em vigor:

4.4 - Direito de permuta: cada debênture será permutada por nove mil ações ordinárias nominativas, de emissão da Celesc, a qualquer tempo, por opção do debenturista."

Eles não têm autorização legislativa para que quem comprou as debêntures da Invesc possa ter automaticamente a ação.

Aqui embaixo, no quadro 10, eles reconhecem as características das debêntures para esta operação. E em caso da não-realização da mesma estão completamente descritas no instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações - prestem bem atenção: "Debêntures não conversíveis em ações de Santa Catarina, Participação/Investimentos S.A. - Invesc". Está tudo aqui escrito, tudo declarado. E agora o Governador faz isso por decreto!

Tem um decreto do Governador, datado de 6 de maio, onde ele coloca: "A alienação das debêntures deverá ser feita em bloco único a sócio estratégico de reconhecida experiência gerencial, apurada em processo de identificação na forma do edital de vendas das ações".

Não estamos vendendo ações, estamos vendendo as debêntures da Invesc! Está tudo aqui! E o conluio! Vejam as datas: 6 de maio, antes do edital, antes de 22 de maio, ou seja, é de novo um acerto prévio. Quer dizer, está claro, transparente o acerto prévio, a maracutaia envolvendo esta venda. Não é apenas pela data do edital, é pelos documentos que começamos a ter em mãos, e mais: literalmente estamos fazendo um leilão de final de feira neste Governo, agora, nesta época. E pior, fazendo isso driblando a Assembleia Legislativa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos dezesseis minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Udo Wagner.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Senhor Presidente, hoje iremos dividir esses minutos com o Deputado Odacir Zonta.

Senhor Presidente e senhores Deputados, assomo à tribuna nesta tarde para registrar com muita alegria e satisfação que neste mês de junho uma das entidades com maior representatividade em Santa Catarina completa sessenta anos de existência, que é a Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul.

Esta entidade tem, na nossa comunidade e em Santa Catarina, prestado relevantes serviços para o desenvolvimento daquela cidade, que hoje ostenta com orgulho (aliás, não de hoje mas de muitos anos para cá) o título de terceiro parque industrial do nosso Estado, apenas perdendo para Joinville e Blumenau; de quarto em arrecadação de impostos, tanto estaduais como federais (se não me falha a memória por mais de quinze anos também já ostenta esse honroso título); e recentemente, para a nossa alegria, e quando falo nossa refiro-me à população daquela próspera cidade, de todos, indistintamente, Jaraguá do Sul foi distinguida com o título da cidade onde existe o maior índice de qualidade de vida - Jaraguá do Sul tem a melhor qualidade de vida.

A sua renda per capita está em R\$11.000,00 por mês, sendo bem superior à média catarinense e brasileira. Por isso, precisamente do dia 22 de junho a Associação daquela cidade completa sessenta anos de existência.

Como um dos seus sócios, e hoje fazendo parte do seu Conselho, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer este registro, na nossa ótica de extrema importância.

Por isso, a Associação quer fazer uma grande festa, quer realizar um evento para registrar essa marca de sessenta anos. Assim, surgiu a idéia de convidar o Presidente da República para se fazer presente naquela cidade.

Na semana passada este Deputado esteve em Brasília para tratar de alguns assuntos, e um deles foi levar em mãos esse convite da Associação Comercial e Industrial, assinado pelo seu Presidente, Eduardo Horn. Inclusive fiz um outro ofício para reforçar esse convite, porque no dia 26 deste mês está prevista a vinda para Santa Catarina do Presidente da República para a cidade de Joinville, onde irá inaugurar o Centro de Eventos Cau Hansen, uma estrutura realmente exemplar.

Este será um dos maiores centros de eventos do País, com vinte mil metros quadrados, com uma capacidade de oito a dez mil pessoas sentadas, enfim, um espaço para múltiplos eventos. Aí é que está também o grande valor dessa grande obra.

Como está prevista a inauguração para o período da tarde, a Associação Comercial Industrial desejaria ver o nosso Presidente presente em Jaraguá do Sul ao meio-dia. Por isso, queremos registrar (não está confirmada a presença) que já houve o convite e que a população de Jaraguá e de toda a região esperam ansiosamente o Presidente da República visitar aquela que é considerada hoje a cidade de melhor qualidade de vida de nosso Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário destinado ao PPB, com a palavra o Deputado Odacir Zonta, por treze minutos.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente e senhores Deputados, utilizando o restante do horário destinado ao nosso Partido, gostaria de, com permissão dos Colegas de Bancada, também, inicialmente, produzir aqui o registro, em nome da Bancada, de condolências, de sentimento, de pesar e de tristeza pelo passamento do eminente Secretário da Agricultura Flávio Baldissera.

Foi uma perda lamentável, eis que ele era um líder do nosso grande Oeste. Independentemente de estarmos em siglas opostas o reconhecemos como um conciliador, uma pessoa de bem, uma pessoa que sempre quis contribuir, e contribuiu, para o desenvolvimento da região Oeste, nas causas de Chapecó e de toda a região. E agora, ultimamente, tendo ascendido ao cargo de Secretário da Agricultura, estava contribuindo, em muito, com a agricultura catarinense.

A Bancada do PPB lamenta profundamente o ocorrido e apresenta aqui as condolências à família, ao próprio PMDB e a toda a equipe da Secretaria da Agricultura pela perda lamentável. Registro que realmente nós, como homens públicos, assim como as mulheres, temos sempre um alto grau de risco andando por essas estradas ou voando por esses céus de Santa Catarina e do Brasil, eis que temos a pressa como inimiga da perfeição, o que ocasi-

ona essas perdas cujos reflexos, muito bem disse aqui o Deputado Gelson Sorgato, acabam sendo na família.

Certamente o nosso Partido quer estar solidário com a família não só na apresentação das condolências como, e também, no incentivo para que o exemplo deixado pelo Flávio, como irmão, como amigo, como filho, possa sempre estar vivo na mente de cada um dos membros da família e de todos nós.

Fazemos, portanto, este registro com muito pesar e como um alerta a cada um de nós para que possamos nos programar melhor, para que possamos dar tempo ao tempo e permitir que andemos com mais segurança. É o mínimo que podemos fazer, é o mínimo que a nossa família, a família de cada um cobra e, certamente, foi o mínimo que a família do Flávio também esperava. O infausto não foi culpa dele, não, mas, sim, da vontade e da pressa de servir ao povo de Santa Catarina.

Ele morre prestando o mais perfeito desempenho de suas funções em favor das causas da agricultura catarinense. Por isso, também a agricultura catarinense está enlutada.

Feito esse registro em nome da Bancada do Partido Progressista Brasileiro, já que se teve essa perda lamentável de vida, gostaríamos de abordar na sequência a situação que vive a nossa agricultura com o impacto dos desastres, das perdas de vidas, mas também com o impacto das perdas da safra. Neste ano, lamentavelmente, a intempérie, ou seja, o excesso de chuvas ocorridas em todo o Estado, mais especialmente no Oeste, causou prejuízos irreparáveis, cujos reflexos já começam a estar presentes na vida do agricultor e, como consequência, no pequeno comércio, nas pequenas indústrias, nas cooperativas. E vai estar presente nas arrecadações dos Municípios e do Estado.

Só para se ter uma idéia, apenas uma cooperativa, que certamente é a maior em recebimento de grãos, em número de associados e em comercialização de produtos agrícolas, registra perdas significativas.

Vamos comparar aqui a safra de 1997 com a safra de 1998. A Cooperalfa, de Chapecó, que é a maior cooperativa catarinense e uma das maiores do Brasil, registrou o recebimento de dois milhões e trezentas mil sacas de milho no ano de 1997, em perfeitas condições de utilização e de comercialização. Este ano ela recebe um milhão e seiscentas mil sacas, ou seja, houve uma quebra de setecentas mil sacas só na região da Cooperalfa, através dos associados. Essas setecentas mil sacas perdidas foi devido às intempéries acontecidas.

Há de se registrar que se previa, neste ano, superar a marca do ano passado, que foi de dois milhões e trezentas mil sacas. Tanto é que além de um milhão e seiscentas mil sacas adita-se aí também setecentas mil sacas perdidas e mais trezentas e cinquenta mil sacas colhidas que, pelo alto grau de grãos aridos, não podem ser aproveitadas dentro do consumo animal e muito menos humano. Portanto, esse é um produto inservível. Então, temos aí aproximadamente um milhão de sacas perdidas pela frustração, pelas intempéries só na área de ação junto ao quadro associativo da Cooperalfa.

Outro exemplo do prejuízo é o feijão. Esse é o mais sério prejuízo, que não é só da área da Cooperalfa mas, sim, de todas as cooperativas catarinenses. Chega o prejuízo na safra a 95%, e na safra das águas há uma média de 72% de perda.

A Cooperalfa recebeu no ano de 1997 duzentas e vinte e sete mil sacas de feijão. Neste ano de 1998 deve chegar à casa das 80 mil sacas apenas. Ou seja, houve um declínio, um prejuízo de 147 mil sacas de feijão, as quais foram perdidas em função das intempéries só na safra e apenas pelos associados da Cooperalfa, com sede em Chapecó.

O produtor sofre com esse prejuízo, assim como a cooperativa. O feijão ficará ausente da mesa dos brasileiros, e por que não dizer também parte da produção de milho que, sempre transformado em produto de alimentação humana, tem uma contribuição na alimentação animal.

O prejuízo é evidente. Por isso, solicitamos ao Ministério da Agricultura que faça uma linha de crédito de manutenção para esses produtores que perderam a safra, porque até a próxima safra não terão como sustentar a família e muito menos como resgatar os financiamentos.

É uma questão de justiça conceder a essas pequenas famílias o crédito de manutenção e estabelecer uma renegociação dos financiamentos, pactuando prazos longos e não dando um remédio para dor de barriga apenas, para que possam ter ânimo para a nova safra que se aproxima.

Nós temos que agir rápido, socorrer o agricultor. E aqui vão questões emergenciais e naturalmente ações que devem ser colocadas em prática também a médio e a longo prazo para o benefício do nosso agricultor, para a recomposição das suas necessidades e da população brasileira.

O feijão é uma amostra do quanto o agricultor vai mal. O preço do feijão, hoje, chega na casa dos R\$140,00 a saca em São Paulo. Passando para o intermediário, imaginem quanto o consumidor está pagando!

O feijão não está mais sendo embalado em sacas de 60 ou de 25 quilos, está sendo embalado em pacotes de um quilo, de meio quilo, de duzentos e cinquenta gramas até, Deputado Onofre Santo Agostini! E acreditamos que se continuar assim, vai acabar sendo embalado de dez em dez gramas, porque é o que tem disponível no mercado. Será só para dar cor na água.

O consumidor também fica frustrado quando o produtor não consegue produzir. Daí a grande importância da aproximação produtor/consumidor. Eles têm que se dar as mãos, fazer uma corrente de apoio. O produtor não é adversário e nem inimigo do consumidor; e o consumidor também não pode olhar o produtor como um elemento que ocasiona a inflação. Há necessidade dessa aproximação, dessa luta em favor da produção, da permanência do homem no campo para o benefício do País.

Fazemos este registro para justificar a necessidade de pressionarmos o Governo Federal para as ações emergenciais. E quero deixar aqui mais uma vez um apelo, Deputado Idelvino Furlanetto: que o seguro agrícola, pelo amor de Deus, seja inserido na LDO, cuja emenda já fizemos, no Orçamento do Estado, e que em 1999 ao menos se possa colocá-lo em prática. Eu acho que esse é um dos grandes desafios também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o senhor Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOLE - Senhor Presidente e senhores Deputados, pri-

meiramente queremos, em nome da Bancada do PDT, externar os nossos sentimentos de pesar, de tristeza pelo falecimento trágico do Secretário da Agricultura Flávio Baldissera, que estava no auge da sua carreira, da sua militância como político e como empresário. Este acontecimento trágico serve de alerta para todos nós, Deputados, principalmente para os do Extremo Oeste. Que Deus nos guie e nos ilumine sempre.

Queremos externar os nossos pesames à família, aos amigos e ao PMDB, Partido em que Flávio Baldissera era militante.

Até contrastando com a nossa primeira falação, senhores Deputados, queremos, com entusiasmo, com muita alegria, dizer do sucesso que está sendo novamente a Festa do Pinhão, no Município de Lages. A cada ano que passa a Festa do Pinhão, uma festa de inverno, torna-se mais expressiva, com mais densidade.

Telefonou-nos hoje pela manhã o Prefeito, nosso colega, ex-Deputado desta Casa, Décio Ribeiro, manifestando a sua surpresa devido ao grande fluxo de pessoas que acorreram ao Parque de Exposições Conta Dinheiro quando da abertura da Festa do Pinhão, na sexta-feira passada: aproximadamente 60 a 70 mil pessoas.

Esse grande fluxo se repetiu, também com um número considerável, sábado à noite e se repetirá, com certeza, nos outros dias, tendo o seu encerramento previsto para o fim desta semana.

É um evento que visa, acima de tudo, mostrar a potencialidade produtiva do Município de Lages e região e, cada vez mais, estimular o turismo de inverno ou, podemos dizer, o turismo rural, porque nesta festa todos os hotéis da cidade estão superlotados. Muitas pessoas que vêm de outros Estados já preferem hotéis familiares, hotéis que contemplam o turismo rural.

Parabéns à administração de Lages, à comissão organizadora. Torcemos para que a festa continue com essa perspectiva, com esse êxito até o seu término.

Era o que tinha a dizer, senhor Presidente e senhores Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Senhor Presidente e senhores Deputados, amanhã, infelizmente, não poderei estar presente na sessão plenária, pois vou receber o título de Cidadão Honorário no Município de Frei Rogério. Por isso, gostaria de registrar que o Município de Curitiba completará, no próximo dia 11, 134 anos de emancipação político-administrativa.

Deputado Afonso Spaniol, Curitiba, Município onde já fui Prefeito, também participa da realização da Festa do Pinhão, porque é o maior produtor de pinhão de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Esta Presidência, em nome, tenho certeza, de todos os Deputados e da Mesa Diretora, quer fazer o registro de condolência pelo passamento do senhor Secretário de Estado da Agricultura Flávio Baldissera que, infelizmente, teve uma morte prematura e trágica, deixando enlutada toda Santa Catarina.

Nossas condolências a todos os familiares, amigos e catarinenses, em última estância, porque perderam o seu Secretário da Agricultura.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência, de acordo com o § 1º do art. 89 do Regimento Interno, dá conhecimento ao Plenário de que foram aprovadas nas Comissões Permanentes, e que não havendo recursos no prazo de duas sessões serão elaborados os respectivos autógrafos as seguintes matérias: Projetos de Lei nº s: 166/97, 307/97, 396/97, 027/98 e 058/98.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quorum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 24 senhores Deputados.

Há quorum para deliberação.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência do Deputado Luiz Herbst.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Gervásio Maciel, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito, ao Presidente da Câmara de Vereadores e ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Aurora, cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa daquele Município.

A Presidência defere de Plano.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Prefeita e à Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, cumprimentando-as pelo aniversário de emancipação político-administrativa daquele Município.

A Presidência defere de Plano.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Prefeita e à Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, cumprimentando-as pelo aniversário de emancipação político-administrativa daquele Município.

A Presidência defere de Plano.

Requerimento de autoria do Deputado Gervásio Maciel, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Presidente da Apremavi, cumprimentando-a e aos demais membros pelas relevantes atividades realizadas em defesa do meio ambiente na região do Alto Vale do Itajaí.

A Presidência defere de Plano.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Crediquilombo, cumprimentando-o pelo transcurso da data de 03 de junho, comemorativa a fundação daquela cooperativa.

A Presidência defere de Plano.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Previdência Social, pedindo a implantação de uma agência do INSS no Município de Balneário Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Cohab/SC, pedindo estudos no sentido de equacionar os problemas enfrentados pelos mutuários do Conjunto Habitacional Frederico Goetten, localizado no Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti e do Deputado Pedro Uczai, solicitando a convocação da Secretária da Segurança Pública e do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado nas Comissões de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor e de Trabalho, de Administração e Serviço Público desta Casa, para prestarem esclarecimentos sobre o envolvimento das forças de Segurança do Estado na greve dos condutores e trabalhadores em transporte urbano de passageiros da Grande Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e à Secretária da Educação e do Desporto, pedindo especial empenho e determinação de efetivas providências no sentido de liberar verba para a construção de um centro comunitário na comunidade de Alto Boa Esperança, no Município de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Secretária da Educação e do Desporto, pedindo o cumprimento imediato do pagamento do transporte escolar e do Fundo referente ao Município de Ipumirim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Gervásio Maciel, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando a viabilização de refinanciamento das casas construídas pela Cohab no bairro Adolfo Corrêa, no Município de Santa Cecília.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti, a ser enviado à Secretária da Educação e do Desporto, através do Governador do Estado, solicitando, a pedido da Escola Básica Professor Benonívio João Martins, documentos da APP da referida escola do período de 1995 até a presente data.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o Deputado Idelvino Furlanetto, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, acredito que neste meu segundo mandato, como também no primeiro, o que mais se falou aqui foi a questão das Letras e da agricultura. Todos os dias, durante as sessões, o tema agricultura está em evidência, é assunto de debates, de requerimentos, de indicações e de projetos de lei, mas nada de concreto chega para o agricultor.

O que realmente nós, Deputados, estamos vendo acontecer? O que estamos vendo é o êxodo rural, a importação de produtos agrícolas, e a falta de crédito rural, o preço baixo dos produtos, a perda da produção em função da estiagem, das enchentes, dos vendavais e dos granizos. Esta é a política agrícola!

Se amontoarmos todas as indicações, todos os papéis dirigidos ao Ministro da Agricultura, ao Presidente da República e ao Governador Paulo Afonso em relação ao seguro agrícola, veremos que dá para esconder o Governador!

Nós, os Deputados com mandatos de 91 a 94, elaboramos e apresentamos a lei agrícola e pesqueira em Santa Catarina, mas o Governo faz aquilo que mais lhe agrada. Se faz bem ou mal para o agricultor, o Governo não está nem dando pelota. Vejam V.Exas. que está aí o seguro agrícola aprovado, tem um orçamento para que se implante, mas cadê o seguro agrícola?! Quando o Deputado Gelson Sorgato, em quem eu acredito muito, assumiu a Secretaria prometeu que iria regulamentar, no entanto, cadê o seguro agrícola?

Fico espantado com essa conversa fiada e com essas promessas. Agora que está se aproximando as eleições, os agricultores e familiares vão ouvir mais uma vez aquele discurso: eu vou defender vocês, vou fazer projetos para vocês. Mas tudo não passa de conversa, porque os que estão no Governo não estão nem ligando para esse problema, ou seja, o de regulamentar o seguro agrícola, concretizando uma reivindicação do agricultor. Para eles isso não passa de um sonho.

Vários Deputados puderam acompanhar a audiência com o falecido Secretário da Agricultura Flávio Baldissera, que recebeu imediatamente os agricultores, através de ligações que nós, como Presidente da Comissão de Agricultura, fizemos.

O Deputado Odacir Zonta fez um relato concreto das perdas do milho e do feijão. O agricultor, além das perdas, tem conta para pagar, tem custeio de lavoura para pagar, tem o financiamento do Finape Rural para pagar, tem dívida na cooperativa agropecuária, tem dívida na cooperativa de crédito. O agricultor tem tantas dívidas que não sabe qual pagar primeiro. Aliás, pela política agrícola, pela política de preços que está aí, não acredito que ele consiga pagar!

E aí nós condenamos os saques que aconteceram no Nordeste! Se as coisas continuarem da forma como estão, se não houver uma política agrícola nos Estados do Sul, responsáveis pela produção de alimentos - aproximadamente 85% dos alimentos são produzidos

pelos Estados do Sul -, se não houver uma política de crédito que consolide o agricultor familiar, ele não vai continuar na propriedade.

O Grito da Terra, na semana que passou, na quarta e quinta-feira, fez uma mobilização neste sentido. São em torno de 918.827 estabelecimentos de agricultores familiares, são 77% dos estabelecimentos dos três Estados da Região Sul com propriedades com menos de 50 hectares. E dessas propriedades saem os alimentos para o Brasil.

Menos de 20% do volume do crédito chega na mão do agricultor familiar. Há dois, três ou quatro anos que o agricultor não movimentava mais a sua conta no Besc ou no Banco do Brasil. Ele tem dificuldade de cadastro e fica inviabilizado de pegar dinheiro por causa dos critérios estabelecidos pelo banco.

Não dá para acreditar que as Superintendências do Besc e do Banco do Brasil os transformem em bancos de negociação e não para favorecer o agricultor familiar.

Nós precisamos ter todas as nossas atividades concentradas na luta e na defesa do agricultor familiar, que está sendo excluído. Nós últimos 12 ou 13 anos desapareceram praticamente 40 mil estabelecimentos. E aí não dá para reclamar da queda de receita dos Municípios, porque os Prefeitos também não têm política para favorecer ou para fortalecer o agricultor familiar. Há necessidade dos Prefeitos reverem essa política e priorizarem parte do orçamento para o agricultor familiar.

Outro ponto importante é o crédito subsidiado. É impossível fazer a agricultura caminhar, fazer com que o agricultor continue alimentando este Brasil sem ter subsídio.

As taxas de juros também são muito importantes. Não dá para admitir as taxas de juros que estão colocadas pelo Pronaf: 6,5% ao ano. A política de preços mínimos acabou, o custo de produção se elevou. As taxas de juros são também responsáveis por colocar o agricultor em liquidação!

No Governo Fernando Henrique, nesses 4 anos, não chegou ainda a quatro bilhões o crédito para financiar o agricultor familiar! Agora, com a falência do Bamerindus da noite para o dia foram liberados 5,7 bilhões!

A assistência técnica que está aí é um modelo que já deu para a bola, como se diz na gíria. Essa assistência técnica coloca, a cada dia, o agricultor num sacrifício maior, pois ela está lá simplesmente para vender pacote tecnológico, para vender máquinas, insumos agrícolas e não para ser um instrumento de libertação do agricultor, para ser um instrumento de independência. A assistência técnica que aí está é uma assistência dependente e também é responsável pelo endividamento do agricultor!

Os agricultores estão vindo se queixar, pedindo pelo amor de Deus, e perguntando o que devem fazer da sua vida, se devem ir para as cidades ou continuar na propriedade do jeito que está, e o que vamos dizer? O Deputado Afonso Spaniol e outros já se pronunciaram, já colocaram essa realidade ouvida todos os dias. O que vamos fazer? Existe um trabalho importante para ser feito. O próprio Ministro da Agricultura, quando recebeu uma comissão de agricultores em Brasília, disse que...

(Discurso interrompido Por término do horário regimental.)

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Concedo-lhe mais um minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Depende do próprio Ministro o crédito subsidiado, que é o rebate de 50% do volume de dinheiro que estão buscando, em torno de R\$1.140.000.000,00 para o Pronaf Especial para os agricultores dos três Estados do Sul com renda bruta de até oito mil da sua produção.

Senhores Deputados, é uma necessidade fortalecermos o movimento Grito da Terra, pois os agricultores buscam esses trocados para poderem continuar vivendo em suas pequenas propriedades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados em Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente, gostaria de convocar os Membros da Comissão de Saúde

e Meio Ambiente e convidar os Deputados da Bancada Suprapartidária Norte e Nordeste, estendendo o convite a todos os demais Deputados da Casa, para, amanhã, às 9h, participarem da segunda audiência pública sobre o aterro sanitário industrial de Blumenau, quando será apreciado o relatório final da audiência realizada em 11 de maio e serão apresentadas novas informações a respeito desse empreendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Feita a convocação e o convite da Comissão de Saúde, avisamos aos senhores Deputados que a sessão das 14h de quarta-feira foi antecipada para amanhã, às 9h.

Continua livre a palavra a todos os senhores Deputados em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica a pauta da Ordem do Dia de amanhã.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 004/97; discussão e votação em turno único dos Projetos de Decreto Legislativos nºs 285, 287 e 289/97; Requerimentos nºs 331, de autoria do Deputado Norberto Stroisch; e 332, de autoria do Deputado Neodi Saretta; e pedido de informação de autoria do Deputado Odacir Zonta.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 9h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 068ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 09 DE JUNHO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Merss - Eni Voltolini - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Havendo quorum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida a ata.)

Em consideração do Plenário a ata da sessão anterior.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Peço a palavra, pela ordem, para retificação de ata, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para retificação de ata, o senhor Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente, se a leitura confere com a redação, parece-me que há um equívoco ao mencionar aterro, porque a denominação correta é aterro sanitário industrial. Se algo diferente disso for dito, deveria ser feita a retificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado Eni Voltolini, as retificações são feitas por escrito, mas como se trata meramente de uma correção de redação, a Presidência defere e determina que a assessoria proceda à correção, conforme V.Exa. citou.

Em votação a ata da sessão anterior.

(Pausa)

Não havendo outras retificações, dou por aprovada a ata, com restrição.

O senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta fará a leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO Nºs:

3575, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre a caracterização do Estado em 10 (dez) regiões hidrográficas;

3576, encaminhando projeto de lei que autoriza a permissão de uso de imóvel no Município de Florianópolis;

3577, encaminhando projeto de lei que estabelece linha de correlação no âmbito da Fundação do Meio Ambiente - Fatma, do extinto Departamento Autônomo de Edificações - DAE, e da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, para efeitos da aplicação da Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993, inclui função do anexo único da Lei nº 9.818, de 29 de dezembro de 1994 e estabelece outras providências.

OFÍCIOS Nºs:

GG/4261/984, do senhor Governador do Estado de Santa Catarina, em resposta ao Ofício GP/DP/237/98, datado de 13 de maio de 1998;

GG/4263/987, do senhor Governador do Estado de Santa Catarina, em resposta ao Ofício GP/DP/274/98, datado de 21 de maio de 1998;

SEF/317/98, encaminhando Parecer nº 81/98, da Gerência de Tributação desta Secretaria, no qual consta comentários do Projeto de Lei nº 032/98;

GG/4262/980, em resposta ao Ofício GP/DP/237/98, datado de 13 de maio de 1998;

1412, do senhor Oficial de Gabinete da Casa Civil PR, acusando o recebimento do Telefax nº 0471.3/98, datado de 13.05.98, e seu encaminhamento ao Ministério da Fazenda;

1384, do senhor Oficial de Gabinete da Casa Civil PR, acusando o recebimento do Ofício nº 266/98, datado de 21.05.98 e seu encaminhamento ao Ministério da Educação e do Desporto.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Leodegar Tiscoski, que declara de utilidade pública a Associação Feminina de Assistência Social

de Timbé do Sul, do Município de Timbé do Sul.

TELEGRAMA:

- da Câmara Municipal de Curitiba, encaminhando indicação desta Casa.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Senhores Deputados, tendo em vista a realização de uma reunião da Comissão de Saúde e também da Mesa Diretora, vamos suspender a presente sessão até as 11h, horário da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Gostaria de cumprimentar todas as pessoas que participam desta importante audiência pública comandada pela nossa Comissão de Saúde.

Conforme acordo informal já realizado com os Líderes de Bancadas e a Mesa Diretora para não prejudicar este importante debate, comunicamos aos senhores Deputados que estamos formalizando a reabertura da sessão para anunciar que ficam retiradas da pauta da Ordem do Dia todas as matérias e automaticamente incluídas na pauta da Ordem do Dia da sessão de hoje à tarde, às 14h.

Além das matérias que constavam da pauta, também estamos incluindo a discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3.482/98, que após veto total ao Projeto de Lei nº 046/98, que dispõe sobre proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, empresas públicas e de economia mista, com as cláusulas que menciona; e o Requerimento nº 343.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA**RESOLUÇÕES****RESOLUÇÃO Nº 485/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Compete a Divisão de Recursos Humanos a coordenação e gerenciamento da Comissão do Programa de Qualidade Total instituída neste Poder Legislativo.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, em 24/06/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 486/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - INCLUIR a servidora SANDRA REGINA GUIMARÃES, matrícula nº 2109, ocupante do cargo de Programador, Código PL/ATM-8-B, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, na COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS, constituída pela Resolução nº 258, de 01/04/98, deste Poder.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15/06/98.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 24/06/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 487/98

Institui procedimentos administrativos aplicados aos servidores com lotação provisória ou sem lotação, e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender o fornecimento do Auxílio-Alimentação aos servidores do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa que permanecerem em regime de lotação provisória ou sem lotação, por um período ininterrupto, superior a 10 (dez) dias.

§ 1º - a suspensão de que trata o *caput* deste artigo far-se-á de forma integral, a partir do mês subsequente a data limite prevista em sua parte *in fine*.

§ 2º - o prazo da suspensão do Auxílio-Alimentação será de, no mínimo, 01 (um) mês, podendo ser prorrogado, a critério do Diretor do Departamento Administrativo, nos casos em que o servidor persistir em permanecer no regime de lotação provisório ou sem lotação.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, em 24/06/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 488/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - **REVOGAR** a Resolução nº 410, de 22/05/98, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), ao servidor FREDOLINO BECKER, matrícula nº 0427, a partir de 20/05/98.

Art. 2º - **CONCEDER**, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92, c/c a redação dada pelo parágrafo único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 20% (vinte por cento), ao servidor supra referenciado, a partir de 20/05/98 (Deputado Jaime Mantelli).

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, em 24/06/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 489/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR SORAYA FINCO FARIA, matrícula nº 2089, da função de Chefe da Seção de Psicologia, código PL/CAI, do Grupo de Assistência Intermediária, a partir de 01/07/98 (Divisão de Saúde e Assistência).

Palácio Barriga-Verde, em 24/06/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 490/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR GABRIEL BARBATO, matrícula nº 1203, para exercer a função de Chefe da Seção de Psicologia, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 01/07/98 (Divisão de Saúde e Assistência).

Palácio Barriga-Verde, em 24/06/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 491/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0719/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a JOÃO ROBERTO PIO, matrícula nº 1175, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/03/92 a 02/03/97.

Palácio Barriga-Verde, em 24/06/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

RESOLUÇÃO Nº 492/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a ADELAIDE FRANCISCA DE SOUZA, matrícula nº 0397, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, código PL/ATA-6-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 07 (sete) meses, a partir de 25/12/97.

RESOLUÇÃO Nº 493/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item III da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Gestação) a SANTINA SILVESTRI, matrícula nº 1909, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 18/04/98.

RESOLUÇÃO Nº 494/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Doença Familiar) a WALMA CORREA SANTA RITA, matrícula nº 1353, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 01/06/98.

Palácio Barriga-Verde, em 24/06/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às treze horas e trinta minutos do dia vinte do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Júlio Teixeira (Vice-Presidente) e presentes mais os senhores Deputados Eni Voltolini, Olíces Santini, Romildo Títton, João Henrique Blasi e Pedro Uczai, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Deputado Romildo Títton que relatou as Mensagens nºs 3489 e 3490/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 20 de maio de 1998.

Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente

Deputado Eni Voltolini - Membro

Deputado Olíces Santini - Membro

Deputado Romildo Títton - Membro

Deputado João Henrique Blasi - Membro

Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às dez horas do dia nove do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados Eni Voltolini, Romildo Títton, João Henrique Blasi e Pedro Uczai, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, conjuntamente com a Comissão de Finanças e Tributação. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente comunicou a presença das autoridades representativas no Estado; como: FIESC; FACISC; FECOMÉRCIO e o Secretário da Fazenda, e outros presente no recinto, para o debate introdutório a respeito do Projeto de Lei nº 137/98, que "Dispõe sobre normas de Administração Tributária para estimular o cumprimento voluntário de obrigações fiscais e estabelece outras providências". Dada tal apresentação, o senhor Presidente concedeu para cada representação 15 minutos, prorrogáveis mais um. Sucedeu o debate na perfeita diplomacia, tendo seu término às 12 (doze) horas e 30 (trinta) minutos, a saber o contentamento de todos representantes ao processo de discussão. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 09 de junho de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente

Deputado Eni Voltolini - Membro

Deputado Romildo Títton - Membro

Deputado João Henrique Blasi - Membro

Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às nove horas e trinta minutos do dia dezesseis do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado JÚLIO TEIXEIRA e presentes mais os senhores Deputados Eni Voltolini, Olíces Santini, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes e, em substituição, ao senhor Deputado Pedro Uczai, o senhor Deputado Carlito Meres, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Júlio Teixeira relatou o Projeto de Lei nº 184.7/98, de relatoria do senhor Deputado Ivan Ranzolin, manifestando-se favoravelmente, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos-de-Lei nºs 0067.3, 153.3 e 167.8/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0047/97 em anexo o Projeto de Lei nº 014.7/98, exarando parecer

favorável ao Substitutivo Global, que posto em discussão, foi cedido para vista ao Deputado João Henrique Blasi. O senhor Deputado Miguel Ximenes relatou o Projeto de Lei nº 107.6/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado João Henrique Blasi relatou os Projetos-de-Lei nºs 154.6, 155.9, 163.7, 173.0 e 179.7/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 173.0/98, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Olíces Santini relatou o Projeto de Lei nº 141.4/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos-de-Lei nºs 070.0 e 128.6/98, exarando pareceres pela diligência, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 136.4/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao Deputado Carlito Meres; o Projeto de Resolução nº 002.0/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; exarou parecer favorável a Emenda nº 001 ao Projeto de Decreto Legislativo nº 009.2/98, proveniente do Termo de Convênio, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Eni Voltolini relatou os Projetos-de-Lei nºs 144.2, 165.2 e 166.5/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 123.2/98, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista ao Deputado Júlio Teixeira. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 16 de junho de 1998.

Deputado JÚLIO TEIXEIRA - Vice-Presidente

Deputado ENI VOLTOLINI - Membro

Deputado OLÍCES SANTINI - Membro

Deputado JOÃO H. BLASI - Membro

Deputado MIGUEL XIMENES - Membro

Deputado PEDRO UCZAI - Membro

*** X X X ***

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado IVAN RANZOLIN e presentes mais os senhores Deputados Júlio Teixeira, Romildo Títton, João Henrique Blasi e Miguel Ximenes, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente fez a leitura do processo de Representação nº 001/98, movido contra o senhor Deputado Narcizo Parisotto, da oitiva das testemunhas arroladas para depoimento. A seguir prosseguiu, com o agendado, solicitando que o senhor Jair Luiz Balbinot, que assentasse, para depoimento. Seguindo o Termo de Depoimento, a testemunha compareceu, e sob juramento, cumpriu-se em dizer a verdade do que souber ou for perguntado. Ainda, o depoente retifica em todos os seus termos o depoimento prestado perante esta Comissão, que consta da ata taquigráfica correspondente, reduzida a termo através do conteúdo gravado na fita magnética que registra com fidelidade as declarações do depoente, e que será oportunamente apensada aos autos, encerrou-se a presente inquirição. Após, o senhor Presidente solicitou a presença da segunda testemunha, o senhor Alderico Furlan, que por motivos extras, não pode comparecer na audiência. Outrossim, o senhor Presidente determinou que fosse intimado o inquirido, para próxima rodada de testemunhas, para o dia 02 de julho deste ano. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 18 de junho de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente

Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente

Deputado Romildo Títton - Membro

Deputado João Henrique Blasi - Membro

Deputado Miguel Ximenes - Membro

*** X X X ***

DECRETO LEGISLATIVO

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 48, inciso VII da Constituição do Estado, e art. 115, inciso XI do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.104/98

Aprova Convênios

Art. 1º Ficam aprovados os Convênios ICMS nºs 05, 06, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 32/98, constantes do Processo TC/0246.4/98, celebrados em 20 de março de 1998, na 89ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, publicados no Diário Oficial do Estado nº 15.893, de 02 de abril de 1998.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 24 de junho de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

EDITAL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC

COMISSÃO DE PROCESSO ADM. DISCIPLINAR 001/98**EDITAL DE CITAÇÃO DE ACUSADO EM PROCESSO ADM. DISCIPLINAR**

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 001/98, constituída pela Resolução nº 351/98, da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, faz saber ao servidor **JOSÉ JOÃO DE SOUZA**, ocupante do cargo de Técnico em Serviços Especializados, código PL/ART-6, matrícula 1565, que estão correndo, em seus termos legais, os autos do Processo Administrativo em que o mesmo figura como indiciado, no qual lhe pesa a acusação de infração do Art. 137, inciso II, 2 (Inassiduidade Permanente), da Lei 6.745/85 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado). E, constando dos autos que se encontra em lugar incerto e não sabido, fica, pelo presente edital, citado para, no dia dezesseis de julho do ano de hum mil, novecentos e noventa e oito, quinta-feira, às 9:00 hs. comparecer, sob pena de revelia, perante esta Comissão, sediada na Sala nº 309, 3º andar, no prédio do Poder Legislativo, a fim de ser interrogado sobre o fato que lhe é imputado. Fica também citado para acompanhar, na condição de indiciado, toda a instrução do Processo Administrativo Disciplinar que ora lhe é movido, podendo se fazer assistir por advogado legalmente constituído, bem como, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da audiência inicial de interrogatório, apresentar rol de testemunhas, até o máximo de 05 (cinco), e requerer as provas de seu interesse. Para ciência do indiciado, conforme manda o Art. 160 da aludida lei, e expedido o presente edital, a ser publicado por três dias consecutivos. Florianópolis, 22 de junho de 1998.

Henrique Vaz

Presidente da Comissão

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 033/98****TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Ofício nº 294/98/OE/TP

Florianópolis, 1º de junho de 1998.

Ao

Exmo. Sr.

DEP. NEODI SARETTA

DD. Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta - SC

Senhor Presidente:

Em cumprimento ao disposto no artigo 11, do Ato Regimento nº 06/90 deste Tribunal, encaminho a Vossa Excelência cópia do acórdão preliminar prolatado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº **98.000286-9**, de Laguna, em que é requerente José Martins das Neves e outros, para fins de direito.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço.

DES. EDER GRAF

Relator

Lido no Expediente

Sessão de 03/06/98

*** X X X ***

GABINETE DEPUTADO WILSON WAN-DALL

Ofício nº 0483/98

Florianópolis, 23 de junho de 1998.

Exmo. Sr.

Deputado Neodi Saretta

MD. Presidente da Assembléia Legislativa

NESTA

Prezado Senhor,

Conforme acordo da Bancada do Partido da Frente Liberal, vimos comunicar a essa Presidência, que a partir desta data assume a Liderança da Bancada na Assembléia Legislativa, o Sr. Deputado Norberto Stroisch Filho e a Vice-Liderança o Sr. Deputado Júlio Teixeira.

Sem mais para o momento, despedimo-nos com protestos de estima e apreço.

DEPUTADO WILSON WAN-DALL

DEPUTADO NORBERTO STROISCH

DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT NETO

DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA

DEPUTADO ADELOR VIEIRA

DEPUTADO CESAR SOUZA

Lido no Expediente

Sessão de 24/06/98

*** X X X ***

PORTARIAS**COMISSÃO DE SINDICÂNCIA Nº 008/98****PORTARIA Nº 001/98**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA Nº 008/98, designada pela Portaria nº 242/98, de 02/06/98, no uso de suas atribuições,

RESOLVE, de acordo com o § 1º do art. 157 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Santa Catarina, designar a funcionária **IVONE DE FÁTIMA BONOMINI DE LUNA**, matrícula nº 1705, para exercer as funções de Secretária da referida Comissão.

Florianópolis, 22 de junho de 1998.

Florindo Testoni Filho

Presidente da Comissão

*** X X X ***

COMISSÃO DE PROCESSO ADM. DISCIPLINAR Nº 001/98**PORTARIA Nº 001/98**

Henrique Vaz, Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 001/98, constituída pela Resolução nº 351/98, da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE, de acordo com o § 1º do art. 157 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Santa Catarina, designar a funcionária **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 775, para exercer as funções de Secretária da referida Comissão, retroagindo os efeitos desta Portaria à 18 de maio de 1998.

Florianópolis, 26 de junho de 1998.

Henrique Vaz

Presidente da Comissão

*** X X X ***

PORTARIA Nº 275/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR GILSON RIBEIRO, matrícula nº 2030, no Gabinete do Deputado Júlio Teixeira.

Palácio Barriga-Verde, em 26/06/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, **RESOLVE:**

PORTARIA Nº 276/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a **ROMEU FRANZONI JUNIOR**, matrícula nº 1601, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-10-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 18/06/98.

PORTARIA Nº 277/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **ADI SILVA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 0601, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 22/06/98.

PORTARIA Nº 278/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a **MARIA BEATRIZ P. FERREIRA**, matrícula nº 1124, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 22/06/98.

Palácio Barriga-Verde, em 26/06/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***